

Samuel

Mais uma chance

O presidente da República não deveria sentir-se constrangido em demitir os dois ministros da economia que o servem. Porque o que importa é o interesse do País, não afinidades ou idiossincrasias pessoais. Os próprios ministros, nos quais se louva o fato de terem feito sempre o que lhes pareceu melhor, deveriam compreender o significado político da renúncia e tomarem, eles próprios, a iniciativa. A eventual substituição dos ministros da Fazenda e do Planejamento não será, de modo algum, a opção por uma variável tecnicamente melhor. Seria um ato político destinado a reascender a confiança da sociedade num novo projeto econômico. A confiança é algo que os dois ministros perderam pelo simples fato de que suas estratégias falharam, ainda que se saiba não ser totalmente deles a culpa. A tradição brasileira isenta sempre o Presidente da responsabilidade direta pelo fracasso das políticas econômicas. Invariavelmente, são os ministros que as implementam os sacrificados em nome de uma nova tentativa.

O plano de emergência em poder do Presidente, como ele próprio teve oportunidade de afirmar, não contém nada de novo do ponto de vista técnico. Mas contém aquilo que repetidas vezes o meio técnico apresentou como solução única para essa crise. O que há de novo é, em primeiro lugar, o apoio do Congresso, traduzido na assinatura dos presidentes de partido que o subscreveram. Esse

apoio é essencial para o êxito de qualquer política de austeridade fiscal. Há de novo, também, a preocupação com o quadro psicossocial, traduzindo-se no combate explícito e ostensivo da "mordomia", do desperdício e da ociosidade no serviço público. Muitas vezes afirmamos que o mal decorrente dessas liberalidades não é o que delas decorre diretamente, mas a repulsa que elas causam na opinião pública. Repulsa que leva à descrença, à ausência de colaboração com as políticas públicas e à sonegação.

Se o Governo, fortemente ajudado pela classe política, e psicologicamente apoiado num nome respeitável e ainda intacto na sua credibilidade, impuser um novo programa econômico que contemple todas as iniciativas técnicas anunciadas e, cumulativamente, invista na restauração da confiança popular, muito provavelmente retrocederemos a níveis inflacionários mais civilizados. Inflação de 30 por cento ao mês não é aceitável num país do porte e da importância do Brasil. O fato dos ministros econômicos se terem resignado a ela indica este programa desaparelhados para dirigir o novo programa. A sociedade tem outros objetivos e outros parâmetros.

A oportunidade política que se abriu ao presidente Sarney é a última que o destino dá ao seu Governo. Cabe-lhe agir com firmeza, com impessoalidade, movido só pela perspectiva histórica para não deixar passar mais essa chance. Ele já a teve antes, e muitas vezes.